

Receita já está à caça de 30

A Receita Federal já está investigando 30 pessoas envolvidas na máfia do Orçamento, inclusive todos os parlamentares citados até agora nos depoimentos prestados, além de empresas ligadas ao escândalo. O trabalho mal começou, mas o grupo de fiscais destacados para essa tarefa reconhece que terá muito mais dificuldade neste caso que no processo aberto contra Paulo César (PC) Farias. Isso porque as ações estão mais pulverizadas e o número de envolvidos será bem maior.

Os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP), Messias Goes (PFL-SE), Genebaldo Correia (PMDB-BA), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), são alguns dos nomes que figuram na lista da Receita. Como ainda não há processo constituído contra eles, o trabalho dos fiscais não chegou à movimentação financeira. Mas está sendo levantado o patrimônio de cada um, através de solicitações a cartórios, capitania de portos, Departamento de Aviação Civil, entre outros órgãos.

No caso do deputado João Alves, a Receita já abriu processo fiscal, obtendo permissão para colher informações junto ao sistema financeiro. Nos próximos dias, o órgão estará abrindo novos processos.

Cassação — Em Recife, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, defendeu a suspensão dos direitos políticos dos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. O Ministério Público proporá uma ação ordinária que vise ao ressarcimento dos danos causados ao Erário Público pelos culpados.

— Se, na apuração dos fatos ficar comprovado o enriquecimento ilícito de alguns deputados, a lei prevê que o Ministério Público proponha uma ação ordinária para cobrança, não só do dano causado, mas também a suspensão dos direitos políticos por dez anos.